

O que é “proibido gastar”

Brasília — Controlar os gastos do Governo é, sem dúvida, uma providência eficiente para reduzir o déficit público. O próprio ex-Presidente Tancredo Neves cuidou de registrar e o Presidente José Sarney tratou de enfatizar que “é proibido gastar”. O recado, entretanto, se muito oportuno e necessário, não é suficiente para reduzir substancialmente um déficit estimado em Cr\$ 53 trilhões.

Nos Estados Unidos, o Presidente Ronald Reagan preferiu incentivar o setor produtivo, não se preocupando tanto com o déficit, mesmo diante de um déficit equivalente ao valor do Produto Interno Bruto do Brasil. Ocorre que lá a moeda é forte e assim há quem financie esse rombo nas contas oficiais. No Brasil, a história é outra.

É realmente proibido gastar. Mas também é certo que nenhum governo pode-se imobilizar pela via do voto de pobreza. Especialmente quando há prioridades sociais a enfrentar. No conceito de “gastar” vem o conceito de perder. E é assim que o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) fixa-se num advérbio: “É proibido gastar mal”. Aí, está implícito o controle do orçamento.

A força da moeda

A moeda não gera distorções na sua emissão, mas na forma com que é posta em circulação. No arsenal monetarista há suficientes mecanismos de conter a expansão dos meios de pagamento, mesmo emitindo-se moeda. A venda de títulos federais (um dos haveres financeiros não-monetários) é uma dessas formas de se enxugar os meios de pagamento.

O dinheiro físico, ou **moeda manual** (como prefere o titular do Banco Central) existe em volume bem inferior ao total dos meios de pagamento. Em fevereiro deste ano, por exemplo, havia um total emitido de Cr\$ 7 trilhões 153 bilhões. E os meios de pagamento somavam Cr\$ 24 trilhões 545 bilhões, mais de três vezes o volume de papel-moeda.

Mágica? Não, exatamente. É que ao lado da moeda física, há a moeda escritural. A cada cruzeiro depositado num banco, este retém uma parte para fazer face às suas necessidades de caixa, deposita compulsoriamente outra no Banco Central e empresta o restante. Mas um depósito de Cr\$ 100 fica contabilizado como Cr\$ 100. O empréstimo vai depositado num outro banco, onde o processo se reinicia. E assim, sucessivamente.

Desta forma, os mesmos Cr\$ 100 vão sendo escriturados diversas vezes. Em fevereiro, os depósitos nos bancos comerciais atingiram, assim, Cr\$ 15 trilhões 67 bilhões. Esse valor é somado ao papel-moeda em circulação e mais algumas outras parcelas contábeis para se chegar aos meios de pagamento.

Desses meios de pagamento, uma parte forma a base monetária, que em fevereiro atingiu Cr\$ 17 trilhões 479 bilhões. Dividindo-se o valor dos meios de pagamento pela base monetária, chega-se a um coeficiente que serve para calcular a retenção de moeda pela política monetária. Em fevereiro, essa retenção ficou em 71,22%. Aí está o aperto, a indisponibilidade de dinheiro. Estiveram retidas sete partes de cada unidade monetária teoricamente disponível.

Só emitir papel-moeda, portanto, não é suficiente. O fundamental é a forma como vai

circular. Se o dinheiro emitido for usado em setores produtivos, acreditam os estruturalistas, a inflação pode até crescer num primeiro período, mas tenderá a estabilizar-se, quando o produto estiver pronto, dentro de uns cinco meses.

Mais impostos

Aumentar os impostos é a solução mais ortodoxa para melhorar o caixa do Governo. E, embora não seja a única, vem sendo utilizada em larga escala desde 1964. Isto com a agravante da concentração da carga tributária no Imposto de Renda, que teve uma arrecadação correspondente a 65,93% do total coletado pela Receita Federal até 31 de março.

No período de 1 de janeiro a 31 de março, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente no fumo (uma conhecida e importante fonte de receita) correspondeu a 4,98% do total arrecadado, somando Cr\$ 1 trilhão 54 bilhões. E todo o resto do IPI atingiu 11,81% (Cr\$ 2 trilhões 501 bilhões), no mesmo período.

Vigilante, o Governo antecipou na fonte, a título de Imposto de Renda, nada menos de Cr\$ 6 trilhões 446 bilhões, nos três primeiros meses do ano, o que representa 30,42% do total da arrecadação federal no período.

Dívida interna

“Dívida se paga com dinheiro, não com a fome e a miséria do povo”. A definição do ex-Presidente Tancredo Neves, em sua primeira parte, abrange, também, um conceito para o tratamento da dívida interna. Na sua segunda parte, tanto para a dívida externa, quanto para a interna, Tancredo ensina que o povo não pode suportar mais sacrifícios.

Uma dívida de Cr\$ 133 trilhões 29 bilhões (em números de março), entretanto, vem sendo paga com os mesmos títulos que a originaram: Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e Letras do Tesouro Nacional (LTN).

O Governo só pode ampliar sua disponibilidade de recursos através de três alternativas: emissão de moeda, aumento da arrecadação de impostos e emissão de títulos. Dessas, as duas últimas vêm sendo mais utilizadas no Brasil.

Essa política tornou o Tesouro um grande tomador de recursos e, como tal, forçou para cima as taxas de remuneração dos investidores. Agora, o Governo bate à porta do Congresso e coloca um problema: é preciso rolar a dívida. E uma dívida que vence diariamente.

Não há como evitá-lo, num momento em que o Governo pretende reduzir o déficit público, sem relaxar o combate à inflação. A solução é ir ao mercado financeiro com mais títulos, pagando papel com papel e, evidentemente, aumentando a dívida.

Os cuidados prescritos por Tancredo Neves “com a fome e a miséria do povo” não estão na dívida em si, mas na sua forma de remuneração. O controle dos juros dessas aplicações ganha, assim, uma importância fundamental.

A remuneração oferecida pelos títulos federais é um parâmetro para as taxas de juro cobradas pelo sistema financeiro. Constituem praticamente um piso, já que não faria nenhum sentido para os banqueiros emprestar com risco maior ao público, obtendo em contrapartida uma remuneração mais baixa do que aplicando o mesmo dinheiro em títulos do Tesouro.